

Cláudio Lacerda - 4 JAN 1987

JORNAL DE BRASÍLIA
dos 10 de 8
**As discussões da
nova Constituição**

É muito provável que, finalmente, com a chegada do ano novo, os recém-eleitos comecem a discutir a nova Constituição Brasileira, até hoje legada a um injusto plano inferior graças, principalmente, ao gravíssimo erro que foi o de realizar eleições conjuntas. A escolha dos novos governadores monopolizou as atenções e deixou a Assembléia Nacional Constituinte em segundo plano.

Terminadas as apurações e conhecidos os resultados, pensou-se que os temas da Constituinte iriam tomar forma e os necessários e imprescindíveis debates com a opinião pública seriam iniciados. Ledo engano.

Os governadores que entram e os que saem, como Franco Montoro, estão mais preocupados com o menos importante dos temas constitucionais — a duração do mandato do presidente José Sarney — porque só pensam na próxima sucessão.

Os deputados, por sua vez, querem discutir apenas as presidências da Constituinte e da Câmara, com o ex-ministro Fernando Lyra querendo repetir o triste papel de Alencar Furtado, há dois anos, procurando barrar os passos de Ulysses Guimarães que, mal ou bem, continua sendo o único capaz de impedir a imediata implosão do PMDB.

Sobre este tema, aliás, cabe um parêntesis: a inchação artificial do PMDB, temida por muitos como uma ameaça de «mexicanização» do país, deve ser combatida, enfrentada, embora seja evidente que não será duradoura. O que é preciso pensar, no entanto, é se será este o momento para implodir de vez essa grande frente mais eleitoral do que política, mas que mesmo assim continua com um papel importante na consolidação do regime de transição democrática.

Mas, voltando à Constituinte, a pouco mais de um mês de sua instalação, descobre-se que nada foi feito, a começar pelas funções normais do Legislativo Ordinário, até agora não definidas. Pior, no entanto, é que os deputados e senadores eleitos em novembro e até a chamada sociedade civil, através de suas associações mais representativas, ainda não começaram o tão anunciado e prometido debate.

Nem mesmo a participação dos senadores eleitos em 82, e por isso mesmo sem legitimidade para participar da Assembléia Constituinte — basta lembrar que alguns deles são apenas suplentes dos suplentes — está sendo levantada, numa prova mais do que evidente que, outra vez, o «sprit de corps» do Senado vai funcionar para garantir o espaço de outros biônicos: os biônicos constituintes.

Temas da maior importância, como a desestatização da economia, continuam sendo discutidos passionalmente, com os que se auto-intitulam de liberais querendo privatizar tudo e os ditos progressistas querendo aumentar ainda mais a taxa de estatização.

Ninguém se preocupa com o principal, isto é, que governo e empresários precisam, antes de mais nada, reconhecer seus papéis e seus espaços. O que não pode continuar é a mentalidade do «governo-empresário» nem do empresário que não cumpre as regras básicas do capitalismo, isto é, a de correr riscos.

Vamos todos, então, aproveitar este último mês que nos resta e tentar começar o ano novo com o pé-direito. Pois, se não usarmos o mês de janeiro para iniciar o debate dos temas realmente importantes, correremos o risco de ver votada uma Constituição que não represente os interesses legítimos do país. Afinal, é preciso não esquecer que esta assembléia não foi totalmente legitimada pelas eleições de novembro e que agora é preciso que todos, principalmente os eleitos, recuperem-se do erro que foi a eleição conjunta de parlamentares e governadores. (Agência Estado)